

## 8. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

### 8.1. Apresentação e Justificativas

O Programa de Compensação Ambiental destina-se a atender ao disposto na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; e alterada e complementada pelo Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009.

Conforme determina o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, nos processos de licenciamento ambiental fundamentados em estudos de impacto ambiental, os empreendedores são obrigados a apoiar a criação ou manutenção de unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral, ou seja, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional (Estadual ou Natural Municipal), Monumento Natural ou Refúgio de Vida Silvestre conforme texto abaixo:

*“Artigo 36 – Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerados pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.*

....

*§2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.*

*§3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo”.*

Portanto, a aplicação dos recursos de compensação ambiental deve se dar em Unidade de Conservação de Proteção Integral situada na área de influência do empreendimento objeto de licenciamento ambiental.

O órgão ambiental é o responsável por determinar o montante de recursos a ser destinado pelos empreendedores como compensação ambiental. Este valor deverá ser entre 0 e 0,5% do valor total dos investimentos para a implantação do empreendimento, de acordo com o Decreto Federal nº 6.848/09 (que alterou o Decreto Federal nº 4.340/02).

Neste Programa são apresentadas as Unidades de Conservação existentes na região onde se pretende instalar o **Empreendimento Urbanístico Campo Verde** e feita a indicação do melhor destino dos recursos oriundos da compensação ambiental.

A proposta apresentada no âmbito do presente programa é fundamentada nos resultados obtidos neste Estudo de Impacto Ambiental (EIA), ou seja, tanto em seu diagnóstico como

nos impactos ambientais associados ao empreendimento em relação à qualidade ambiental da região.

## **8.2. Identificação das Unidades de Conservação Existentes na Região do Empreendimento**

A identificação das Unidades de Conservação foi pautada pela classificação estabelecida na Lei Federal nº 9.985/00 que estabelece duas categorias para essas Unidades, a saber:

- **Proteção Integral:** têm como objetivo a preservação das condições naturais com severas restrições de uso e ocupação. Nesta categoria estão as Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais e Estaduais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre.
- **Unidades de Conservação de Uso Sustentável:** têm como objetivo a compatibilização da conservação ambiental com usos e ocupações desses espaços que possam se dar de maneira sustentável. Compreendem as seguintes Unidades: Área de Proteção Ambiental – APA, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e ainda Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Para efeito de proposição da compensação ambiental e obedecendo aos critérios legais, foi realizada consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação para a identificação de eventuais Unidades de Conservação existentes nas áreas de influência do **Empreendimento Urbanístico Campo Verde**.

**Quadro 8.1 | Unidades de Conservação existentes nas Áreas de Influência do Empreendimento Urbanístico Campo Verde.**

DENOMINAÇÃO	CATEGORIA	ESFERA DE ADMINISTRAÇÃO	ÁREA (ha)	MUNICÍPIOS	ATOS LEGAIS	OBSERVAÇÃO
Área de Proteção Ambiental Jundiá	Uso Sustentável	Estadual	49.329	Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu e Jundiá	Lei Estadual 4.095, de 01/06/1984 Ampliada pela Lei Estadual 12.289, de 02/03/2006.	A área do empreendimento encontra-se inserida dentro dos limites da APA
Área de Proteção Ambiental Sistema Cantareira	Uso Sustentável	Estadual	249.200	Atibaia, Bragança Paulista, Joanópolis, Mairiporã, Nazaré Paulista, Piracaia e Vargem	Lei Estadual 10.111, de 04/12/1998	A área do empreendimento encontra-se cerca de 10km do limite da APA
Área de Proteção Ambiental Cajamar	Uso Sustentável	Estadual	13.400	Cajamar	Lei Estadual 4.055, de 05/06/1984	A área do empreendimento encontra-se cerca de 16km do limite da APA
Área de Proteção Ambiental Piracicaba Juqueri-Mirim – Área II	Uso Sustentável	Estadual	280.000	Amparo, Analândia, Bragança Paulista, Campinas, Charqueada, Corumbataí, Holambra, Ipeúna, Itirapina, Jaguariúna, Joanópolis, Mairiporã, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Piracaia, Rio Claro, Santo Antônio de Posse, Serra Negra, Socorro, Tuiuti e Vargem	Lei Estadual 7.438, de 16/07/1991	A área do empreendimento encontra-se cerca de 21km do limite da APA
Área de Proteção Ambiental de Campinas	Uso Sustentável	Municipal	22.300	Campinas	Lei Municipal 10.850, de 08/06/2001	A área do empreendimento encontra-se cerca de 22km do limite da APA
Área de Proteção Ambiental Cabreúva	Uso Sustentável	Estadual	37.197	Cabreúva, Indaiatuba, Itu e Salto	Lei Estadual 4.023, de 22/05/1984 Ampliada pela Lei Estadual 12.289, de 02/03/2006.	A área do empreendimento encontra-se cerca de 22km do limite da APA
Parque Estadual do Juqueri	Proteção Integral	Estadual	1.927	Franco da Rocha e Caieiras	Decreto Estadual 36.859, de 07/06/1993 Ampliado pelo Decreto 44.099, de 12/07/1999.	A área do empreendimento encontra-se cerca de 22km do limite do parque
Monumento Natural da Pedra Grande	Proteção Integral	Estadual	3.297	Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Mairiporã e Nazaré Paulista	Decreto Estadual 55.662, de 31/03/2010	A área do empreendimento encontra-se cerca de 23km do limite da UC

DENOMINAÇÃO	CATEGORIA	ESFERA DE ADMINISTRAÇÃO	ÁREA (ha)	MUNICÍPIOS	ATOS LEGAIS	OBSERVAÇÃO
Parque Estadual de Itapetinga	Proteção Integral	Estadual	10.192	Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Mairiporã e Nazaré Paulista	Decreto Estadual 55.662, de 31/12/2010	A área do empreendimento encontra-se cerca de 24km do limite do parque
Reserva Biológica da Serra do Japi	Proteção Integral	Municipal	2.071	Jundiaí	Lei Municipal nº 3.672/91; Decreto Municipal nº 13.196/92; Lei Complementar nº 417/2004; Tombada pelo Condephaat em 1983	A área do empreendimento encontra-se a cerca de 15 km do limite da Reserva.

Consta do caput do artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00 que “... o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.” (grifos nossos).

Das unidades de conservação identificadas na região onde se insere o empreendimento, conforme consulta ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, quatro pertencem à categoria de Proteção Integral, ou seja, a Reserva Biológica da Serra do Japi (a 15 km), os Parques Estaduais do Juquery (a 22 km do empreendimento) e de Itapetinga (a 24 km), e o Monumento Natural da Pedra Grande (a 23 km).

### 8.3. Cálculo da Compensação Ambiental

Com a publicação do Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009, ficou estabelecido o método para o cálculo do valor a ser destinado à compensação ambiental no âmbito do processo de licenciamento ambiental, conforme determinado pelo artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00. Pelo artigo 31-A do Decreto Federal nº 4.340/02, acrescido pelo Decreto Federal nº 6.848/09, fica definido que o Valor da Compensação Ambiental (CA) deve ser calculado pelo produto do Grau de Impacto (GI) com o Valor de Referência (VR), de acordo com a fórmula:

- $CA = VR \times GI$ .

O Valor de Referência é entendido como “o somatório dos investimentos necessários para a implantação do empreendimento, não excluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no processo de licenciamento ambiental para a mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais”. No caso do **Empreendimento Urbanístico Campo Verde** o valor de referência é estimado em cerca de R\$ 39.500.000,00.

Por outro lado, o Grau de Impacto (GI) é calculado com base nos impactos ambientais relacionados ao empreendimento, conforme descrito a seguir.

#### Cálculo do Valor de Compensação Ambiental

Para o cálculo do valor da Compensação Ambiental, conforme apresentado, devem ser consideradas duas variáveis, uma que representa o valor do investimento para a implantação do empreendimento (Valor de Referência) e outra o Grau de Impacto (GI).

O GI é calculado pela fórmula:  $GI = ISB + CAP + IUC$ . As variáveis ISB (Impacto sobre a Biodiversidade); CAP (Comprometimento de Área Prioritária); e IUC (Influência em Unidades de Conservação) são obtidos, por sua vez, da seguinte forma:

- $ISB = IM \times IB (IA+IT)/140$ ;
- $CAP = IM \times ICAP \times IT/70$ ; e
- IUC obtido diretamente da avaliação de eventuais impactos sobre unidades de conservação e/ou zonas de amortecimento.

Portanto, o cálculo de GI depende da avaliação das seguintes variáveis:

- IM (Índice de Magnitude)
- IB (Índice de Biodiversidade)
- IA (Índice de Abrangência)
- IT (Índice de Temporalidade)
- ICAP (Índice de Comprometimento de Área Prioritária)
- IUC (Influência em Unidade de Conservação)

### 8.3.1. Variáveis que Compõem o Cálculo do Valor de Compensação Ambiental

Neste item são apresentadas análises das variáveis que compõe o cálculo do valor da compensação ambiental tendo como base as características do empreendimento e dos ambientes influenciados pelo mesmo.

#### a) IM (Índice de Magnitude)

O item 2.1 do Anexo do Decreto Federal nº 6.848/09 define os critérios para a definição do valor do IM. De acordo com o referido decreto os valores de IM variam de 0 a 3 e avaliam “a existência e a relevância dos impactos ambientais concomitantemente significativos negativos sobre os diversos aspectos ambientais associados ao empreendimento, analisados de forma integrada”. Os valores de IM devem ser definidos, desta forma, pela magnitude dos impactos ambientais negativos, conforme apresentado no **Quadro 8.2**.

**Quadro 8.2 | Valores do Índice de Magnitude**

Valor	Atributo
0	ausência de impacto ambiental significativo negativo
1	pequena magnitude do impacto ambiental negativo em relação ao comprometimento dos recursos ambientais
2	média magnitude do impacto ambiental negativo em relação ao comprometimento dos recursos ambientais
3	alta magnitude do impacto ambiental negativo

Fonte: Decreto Federal nº 6.848/09

Considerando a avaliação dos impactos ambientais realizados no âmbito do EIA do **Empreendimento Urbanístico Campo Verde** verifica-se a pequena magnitude do impacto ambiental negativo em relação ao comprometimento dos recursos ambientais, dado o grau de alteração dos ambientes que serão impactados diretamente pelo projeto (valor = 1).

#### b) IB (Índice de Biodiversidade)

O item 2.2 do Anexo do Decreto Federal nº 6.848/09 define os critérios para a definição do valor do IB. De acordo com o referido decreto os valores de IB variam de 0 a 3 e avaliam “o estado da biodiversidade previamente à implantação do empreendimento”. Os valores de IB

devem ser definidos, desta forma, pelo nível de comprometimento da diversidade biológica da área, conforme apresentado no **Quadro 8.3**.

**Quadro 8.3 | Valores do Índice de Biodiversidade**

Valor	Atributo
0	Biodiversidade se encontra muito comprometida
1	Biodiversidade se encontra medianamente comprometida
2	Biodiversidade se encontra pouco comprometida
3	Área de trânsito ou reprodução de espécies consideradas endêmicas ou ameaçadas de extinção

Fonte: Decreto Federal nº 6.848/09

A área que será diretamente afetada pelo empreendimento se encontra, em quase sua totalidade, sob intenso manejo antrópico (culturas agrícolas e pastagem). Por outro lado, no seu entorno imediato verificam-se remanescentes de vegetação nativa em bom estado de conservação. Entende-se, portanto, que a biodiversidade se encontra medianamente comprometida (valor = 1).

### c) IA (Índice de Abrangência)

No item 2.3 do Anexo do Decreto Federal nº 6.848/09 são definidos os critérios para a determinação do valor do IA. De acordo com o referido decreto os valores de IA variam de 1 a 4 e avalia “a extensão espacial de impactos negativos sobre os recursos ambientais”, conforme apresentado no **Quadro 8.4**.

**Quadro 8.4 | Valores do Índice de Abrangência**

Valor	Atributos para empreendimentos terrestres, fluviais e lacustres	Atributos para empreendimentos marítimos ou localizados concomitantemente nas faixas terrestre e marítima da Zona Costeira	Atributos para empreendimentos marítimos (profundidade em relação à lâmina d'água)
1	impactos limitados à área de uma microbacia	impactos limitados a um raio de 5km	profundidade maior ou igual a 200 metros
2	impactos que ultrapassem a área de uma microbacia limitados à área de uma bacia de 3ª ordem	impactos limitados a um raio de 10km	profundidade inferior a 200 e superior a 100 metros
3	impactos que ultrapassem a área de uma bacia de 3ª ordem e limitados à área de uma bacia de 1ª ordem	impactos limitados a um raio de 50km	profundidade igual ou inferior a 100 e superior a 50 metros
4	impactos que ultrapassem a área de uma bacia de 1ª ordem	impactos que ultrapassem o raio de 50km	profundidade inferior ou igual a 50 metros

Fonte: Decreto Federal nº 6.848/09

Os impactos em ambiente terrestre, relacionados à implantação e operação do **Empreendimento Urbanístico Campo Verde** ultrapassam a área de uma microbacia (valor = 2).

#### d) IT (Índice de Temporalidade)

O Item 2.4 do Anexo do Decreto Federal nº 6.848/09 define os critérios para a definição do valor do IT. De acordo com o referido decreto os valores de IT variam de 1 a 4 e avalia “a *persistência dos impactos negativos do empreendimento*”, conforme apresentado no **Quadro 8.5**.

**Quadro 8.5 | Valores do Índice de Temporalidade**

Valor	Atributo
1	imediate: até 5 anos após a instalação do empreendimento;
2	curta: superior a 5 e até 15 anos após a instalação do empreendimento;
3	média: superior a 15 e até 30 anos após a instalação do empreendimento;
4	longa: superior a 30 anos após a instalação do empreendimento.

Fonte: Decreto Federal nº 6.848/09

Com a implantação e operação do empreendimento os ambientes que estão sob influência deste sofrerão impactos negativos atingindo após um período um novo estado de equilíbrio. Considerando as características dos ambientes que serão diretamente afetados, assim como do seu entorno, entende-se que a recuperação do ambiente em relação aos impactos negativos do empreendimento deverá ser curta (valor = 2), não ultrapassando 15 anos após a implantação do mesmo.

#### e) ICAP (Índice de Comprometimento de Área Prioritária)

O Item 2.5 do Anexo do Decreto Federal nº 6.848/09 define os critérios para a definição do valor do ICAP. De acordo com o referido decreto os valores de ICAP variam de 0 a 3 e avaliam “o *comprometimento sobre a integridade de fração significativa da área prioritária impactada pela implantação do empreendimento, conforme mapeamento oficial de áreas prioritárias aprovado mediante ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente*”, conforme apresentado na **Quadro 8.6**.

**Quadro 8.6 | Valores do Índice de Comprometimento de Área Prioritária**

Valor	Atributo
0	inexistência de impactos sobre áreas prioritárias ou impactos em áreas prioritárias totalmente sobrepostas a unidades de conservação.
1	impactos que afetem áreas de importância biológica alta
2	impactos que afetem áreas de importância biológica muito alta
3	impactos que afetem áreas de importância biológica extremamente alta ou classificadas como insuficientemente conhecidas

Fonte: Decreto Federal nº 6.848/09

A implantação do **Empreendimento Urbanístico Campo Verde** acarretará impactos em áreas prioritárias para o incremento da conectividade em escala 3, conforme indicação do Mapa de Conectividade do Estado de São Paulo, desenvolvido pelo projeto Biotá Fapesp, sobrepostas a unidades de conservação – APA Jundiá (valor=1).



#### **f) IUC (Influência em Unidade de Conservação)**

O Item 2.1 do Anexo do Decreto Federal nº 6.848/09 define os critérios para a definição do valor do IUC. De acordo com o referido decreto os valores de IUC variam de 0 a 0,15% e avaliam “a influência do empreendimento sobre as unidades de conservação ou suas zonas de amortecimento, sendo que os valores podem ser considerados cumulativamente até o valor máximo de 0,15%”. Conforme o Decreto, o valor de IUC será “diferente de 0 quando for constatada a incidência de impactos em unidades de conservação ou suas zonas de amortecimento, de acordo com os valores abaixo:

- G1:parque (nacional, estadual e municipal), reserva biológica, estação ecológica, refúgio de vida silvestre e monumento natural = 0,15%;
- G2:florestas (nacionais e estaduais) e reserva de fauna = 0,10%;
- G3:reserva extrativista e reserva de desenvolvimento sustentável = 0,10%;
- G4:área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico e reservas particulares do patrimônio natural = 0,10%; e
- G5:zonas de amortecimento de unidades de conservação = 0,05%.”

O **Empreendimento Urbanístico Campo Verde** encontra-se inserido dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental Jundiá – Zona de Conservação Hídrica. Desta forma, o valor do IUC deve ser considerado igual a 0,10%.

#### **8.3.2. Cálculo do Grau de Impacto**

Considerando os critérios e parâmetros dispostos no Decreto 6.848/09, apresentados nos procedimentos metodológicos, e os resultados apresentados no EIA/RIMA deste empreendimento foram encontrados os valores demonstrados abaixo, os quais correspondem ao ISB, CAP e IUC, índices utilizados para calcular o GI:

- IM=1– pequena magnitude do impacto ambiental negativo em relação ao comprometimento dos recursos ambientais. Considerou-se que o empreendimento se caracteriza por atividade imobiliária de baixa densidade ocupacional e que por isso ocasiona mudanças no uso do solo e na disponibilidade e qualidade de recursos ambientais, sem contudo, implicar no comprometimento total desses recursos.
- IB=1 – área sob intenso manejo antrópico, com remanescentes de vegetação no entorno em bom estado de conservação.
- IA=2 – impactos que ultrapassam a área de uma microbacia.
- IT=2 – temporalidade de recuperação curta, superior a 3 e até 15 anos após a instalação do empreendimento.
- ICAP=1- acarretará impactos sobre áreas prioritárias para o incremento da conectividade em escala 3, conforme indicação do Mapa de Conectividade do Estado de São Paulo, desenvolvido pelo projeto Biota Fapesp.

- IUC=0,10%- a área do empreendimento encontra-se inserida dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental Jundiaí – Zona de Conservação Hídrica.

Os valores obtidos para o ISB, o CAP, o IUC e o GI, estão demonstrados **Quadro 8.7** a seguir.

**Quadro 8.7 | Valores dos índices de Impacto sobre a Biodiversidade (ISB), Comprometimento de Área Prioritária (CAP) e Influência em Unidades de Conservação (IUC), que compõem o Grau de Impacto (GI) do empreendimento.**

Índices		Valores
ISB	$IM \times IB (IA+IT) / 140$	0,023
CAP	$IM \times ICAP \times IT / 70$	0,03%
IUC		0,10%
GI	ISB + CAP + IUC	0,16%

Portanto, aplicando-se os termos estabelecidos no Decreto 6.848/09, chegou-se à definição do GI em **0,16%** do valor de referência (VR) do empreendimento.

#### 8.4. Propostas Preliminares de Alocação de Recursos

Conforme documentado no diagnóstico do presente EIA, a região onde se insere o empreendimento encontra-se bastante comprometida pelo histórico de antropização ao qual foi submetida. Entretanto, ainda podem ser encontrados remanescentes de Mata Atlântica em bom estado de conservação e que apresentam grande relevância biológica. Conforme documentado no diagnóstico do presente EIA, a região onde se insere o empreendimento encontra-se bastante comprometida pelo histórico de antropização ao qual foi submetida. Entretanto, ainda podem ser encontrados remanescentes de Mata Atlântica em bom estado de conservação e que apresentam grande relevância biológica. Soma-se a isso a inserção da área do empreendimento dentro dos limites da APA Jundiaí, que tem como objetivo principal a proteção do maciço montanhoso da Serra do Japi, conservando, assim um importante remanescente de Mata Atlântica do Estado de São Paulo; bem como a conservação hídrica dos recursos hídricos superficiais.

Parte dos remanescentes de vegetação nativa encontra-se protegida por Unidades de Conservação de Proteção Integral, das quais 4 estão na região do empreendimento, conforme mencionado:

- Reserva Biológica da Serra do Japi: protege uma área de 2.071 hectares e está situada a cerca de 15 km do empreendimento. Está inserida dentro do município de Jundiaí, dentro dos limites da APA de Jundiaí; do Território de Gestão da Serra do Japi (Lei Municipal nº 471/2004) e da área tombada pelo Condephaat (1981). Destina-se à proteção da biodiversidade florística e faunística de uma região ectonal, de encontro de dois tipos de floresta Mata Atlântica da Serra do Mar e Mata Atlântica do interior paulista. A vegetação da UC é formada por floresta mesófila semidecídua de altitude, com transição semidecídua e com a presença de elementos provenientes de floresta ombrófila densa.
- Parque Estadual de Juquery, que protege uma área de 1.927 ha, tendo seus limites a cerca de 22 km do empreendimento. Esta Unidade de Conservação

abriga o último remanescente de Cerrado preservado na Região Metropolitana de São Paulo, mas também inclui remanescentes de Mata Atlântica; e

- Parque Estadual do Itapetinga, que protege uma área de 10.192 ha e está localizado a cerca de 24 km do empreendimento. Esta UC possui uma área associada à Serra do Itapetinga, e faz parte de um mosaico, cujo principal objetivo é a conservação e preservação dos recursos e serviços ambientais diretamente prestados pelo Bioma Mata Atlântica à sociedade. O Parque Estadual do Itapetinga, juntamente com o Monumento Natural Estadual da Pedra Grande e os Parques Estaduais da Cantareira e do Itaberaba fazem parte do Contínuo Cantareira, essas Unidades de Conservação de proteção integral abrigam alta diversidade de espécies da fauna e flora silvestres além de resguardarem as principais áreas de produção hídrica do setor norte e nordeste da Região Metropolitana de São Paulo.
- Monumento Natural da Pedra Grande, que abrange uma área de 3.297 ha, e situa-se a cerca de 23 km do empreendimento. Tem como principal objetivo a preservação dos atributos bióticos, abióticos e cênicos do maciço da Pedra Grande. Conforme mencionado, junto com o PE do Itapetinga, faz parte do mosaico de UCs que formam o Contínuo da Cantareira.

Assim, considerando que o empreendimento se insere em uma área originalmente coberta por formações da Mata Atlântica e, ainda, que a região tem grande importância para a produção hídrica, recomenda-se que a aplicação do recurso seja priorizada para a APA de Jundiaí, dada a sua importância regional, embora não seja uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. . Indica-se ainda, como Unidade de Conservação de Proteção Integral, a Reserva Biológica da Serra do Japi que está inserida dentro da mesma APA de Jundiaí.

## **8.5. Responsabilidade**

Ressalte-se que a definição do grau de impacto (GI) e do percentual a ser aplicado sobre o valor de referência do investimento para compensação ambiental é atribuição do órgão ambiental, tendo por base as informações e propostas apresentadas no presente Programa. O desembolso do valor referente à compensação ambiental prevista no SNUC é atribuição do empreendedor, e a definição da destinação destes recursos (qual unidade e como serão utilizados) é de responsabilidade do órgão ambiental competente.